

JUVENTUDE E POLÍCIA

SILVIA RAMOS*

Os jovens, a violência e a polícia No Brasil, os jovens estão no centro do problema da violência: são a maioria das vítimas dos 50 mil homicídios dolosos registrados por ano e freqüentemente são seus autores. Com uma das maiores taxas de homicídio do mundo,¹ o país apresenta regiões com mais de 100 homicídios por cem mil jovens entre 15 a 24 anos, como é o caso dos estados de Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo. Quando consideramos apenas os jovens negros de sexo masculino, entre 20 e 22 anos de idade, a taxa de homicídios ultrapassa os 140 por cem mil.²

As relações entre os jovens e as forças policiais são cheias de conflito em todo o mundo. Em países tão diferentes como o Chile ou a Nigéria, dados de pesquisas mostram que os jovens têm o menor grau de confiança na polícia e são as mais frequentes vítimas da ação policial violenta.³ No Brasil, pesquisas realizadas no Rio de Janeiro mostraram que a maior parte das vítimas de mortes resultantes de confrontos com a polícia tinham entre 15 e 24 anos e que a maioria era negra.⁴ A pesquisa *Jovens do Rio*, com oitocentos indivíduos entre 15 a 24 anos, realizada em 2001, observou que as violências que os jovens do sexo masculino mais temem são bala perdida (31,1%), assalto (31,6%) e violência policial (16,8%).⁵ Outra pesquisa, também no Rio de Janeiro, realizada em 1999, ouviu 1220 jovens de 14 a 20 anos e concluiu que existe alto grau de medo e desconfiança em relação à polícia, independentemente de classe social e de moradia, e alto grau de experiências de desrespeito, humilhação, ameaças e extorsões por parte de policiais. Em uma escala de zero a dez, a polícia recebeu nota 3 dos jovens de classe média alta e nota 3,5 dos jovens das camadas populares, sendo a segunda instituição mais mal avaliada, abaixo apenas dos partidos políticos.⁶

Um levantamento quantitativo junto à população carioca, que ouviu 2250 pessoas entre 15 e 65 anos, realizado em 2003, mostrou que, de todos os grupos considerados, o segmento jovem é aquele que expressa as piores avaliações da polícia: mais da metade dos entrevistados com idade inferior a 30 anos disse ter pouca ou nenhuma confiança na polícia; entre os adolescentes (15 a 19 anos), a média das notas dadas à PM foi a mais baixa e o número de notas zero foi muito mais alto do que em outros segmentos etários. Nessa e em outras faixas da juventude registraram-se as maiores freqüências de avaliação negativa da PM quanto a respeito ao cidadão, violência, corrupção e racismo, assim como as menores percentagens de avaliações positivas sobre a utilidade e a



* Coordenadora de Área de Minorias, Movimentos Sociais e Cidadania do CESeC; coordenadora do projeto Juventude e Polícia.

eficácia das abordagens policiais. A mesma pesquisa revelou que os jovens são desproporcionalmente mais parados em abordagens andando a pé na rua; e que, quando parados, são mais revistados do que em qualquer outra faixa de idade. Em grupos focais e entrevistas, jovens de diferentes classes sociais identificaram as revistas policiais como procedimentos humilhantes e freqüentemente associados a experiências de violência ou de ameaça. Em geral, os jovens moradores de favelas se percebiam como potenciais vítimas de violência policial e os jovens de classe média se sentiam vítimas preferenciais de extorsão policial. Todos os dados da pesquisa quantitativa e qualitativa indicavam que a combinação entre idade, cor e área da cidade tornava os jovens negros moradores das favelas ou de bairros pobres não só as vítimas freqüentes de mau tratamento por parte de policiais, como aqueles que mais acumulam sentimentos de medo e rancor em relação à polícia. Entre outras indicações, o estudo recomendava “a abertura de canais de diálogo direto da polícia com os jovens, sobretudo, mas não apenas, de comunidades pobres, com uma pauta ampla, voltada não só para reduzir a ‘satanização’ mútua e as práticas discriminatórias da polícia, como também para aumentar o conhecimento da juventude sobre o trabalho policial e suas dificuldades.”⁷

O projeto Juventude e Polícia – histórico e etapas

O Grupo Cultural AfroReggae foi criado em 1993, na Favela de Vigário Geral, no mesmo ano da chacina que vitimou 21 moradores inocentes numa operação policial ilegal. Em 2002, a Banda AfroReggae procurou o CESeC para ajudá-la na produção de um videoclipe para a música “Tô Bolado” (música que conta a história da chacina de Vigário Geral), em que sucessivas imagens de violência policial se sucediam. O clipe configurava uma forte denúncia à violência policial. No mesmo ano, um dos membros fundadores do grupo, o percussionista Paulo Negueba, foi alvejado por um tiro de fuzil no pé, numa operação policial comandada pelo BOPE (Batalhão de Operações Especiais da PM do Rio de Janeiro) dentro de Vigário Geral. Quase todos os jovens ligados ao AfroReggae tinham experimentado situações de violência, corrupção e humilhação por parte de policiais, compondo um vasto repertório de ódios e ressentimentos que constituía uma caudalosa cultura “anti-polícia” no grupo. Nesse aspecto específico, o AfroReggae não se diferenciava de milhares de grupos de jovens de favelas e periferias, espalhados pelo Brasil, baseados na cultura hip hop ou envolvidos em projetos de cultura e arte. As principais características comuns desses grupos são a denúncia da violência, da exclusão e do racismo de um lado e, de outro, a afirmação positiva da imagem do jovem negro morador da favela e da periferia.⁸

No final de 2002, surpreendentemente, a coordenação do AfroReggae procurou o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, dizendo que gostaria de elaborar um projeto com a Polícia, e não contra a Polícia, como seria de se esperar. Um projeto de invasões culturais nos Batalhões foi apresentado à Fundação Ford, que o aprovou imediatamente.⁹ As negociações com a Polícia Militar do Rio de Janeiro se frustraram após meses de tentativas e

não foi possível desenvolver a proposta no estado de origem do AfroReggae e do CESeC. Em 2004, a Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais convidaram o AfroReggae e o CESeC para desenvolverem o projeto nos Batalhões de Belo Horizonte.¹⁰

O projeto desenvolveu-se, inicialmente, como um piloto de quatro etapas, voltado para estabelecer um diálogo entre a cultura dos jovens e a cultura policial, reduzindo a distância entre esses dois grupos por meio da música e da arte. Foram realizados *workshops* de percussão, teatro, grafite, dança e shows dentro de dois Batalhões de Belo Horizonte. Participaram dessas atividades cerca de 70 policiais de cada unidade (cada Batalhão conta com um efetivo de aproximadamente 800 policiais). Os instrutores dos *workshops* foram jovens do AfroReggae, incluindo o artista baleado pela polícia em 2002, e o percussionista da banda, que tivera um tímpano perfurado em uma abordagem policial. Os resultados surpreendentes das quatro semanas iniciais (uma semana em cada mês) estabeleceram a importância e o potencial de um instrumento original de integração da Polícia com a sociedade. Nessa primeira etapa, o grande impacto das ações dentro dos quartéis e nos meios de comunicação indicou que era possível valorizar aspectos humanos, lúdicos e artísticos dos policiais – com a mesma metodologia usada pelo AfroReggae com os jovens das favelas –, ao mesmo tempo em que reduziam os preconceitos dos policiais sobre os moradores das favelas, especialmente os jovens.¹¹

Em 2005, a PM de Minas Gerais avaliou que os resultados das ações do primeiro ano foram tão positivos que resolveu dar continuidade à parceria e convidou o AfroReggae e o CESeC para capacitarem policiais, que passaram a trabalhar permanentemente como instrutores da percussão, grafite, basquete de rua, dança de rua e teatro. Foram capacitados 40 policiais oriundos dos cinco batalhões da cidade de Belo Horizonte, que passaram a oferecer oficinas a jovens de favelas, participantes do programa Fica Vivo e em escolas públicas situadas em regiões de favelas. O programa desenvolveu-se nessa modalidade ao longo de 2005.

Em abril de 2006, foi estabelecido um novo convênio com o governo de Minas para dar continuidade ao projeto Juventude e Polícia. O objetivo da Secretaria de Defesa Social e do Comando de Policiamento da Capital (CPC) da PMMG passou a ser a criação de mecanismos de institucionalização do programa, assim como fez com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, desenvolvido por várias polícias militares do Brasil que se baseia na presença de policiais em escolas de primeiro grau). Desde o início de 2006, um grupo permanente de 20 policiais se dedica em escala integral, durante duas semanas a cada mês, ao trabalho com jovens de favelas em escolas públicas e faz apresentações conjuntas (jovens e policiais) de percussão, teatro, dança, grafite e basquete em eventos públicos e dentro da polícia. Além disso, uma banda treinada pelo AfroReggae, com mais 20 policiais, faz apresentações periódicas em eventos públicos com a participação de jovens treinados pelos policiais.

Parte do projeto piloto de 2004 consistiu na produção do documentário “Polícia Mineira”, que foi dirigido por um profissional experiente, o diretor Estevão Ciavatta. Em janeiro de 2006, após a exibição

do filme no quartel general da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o secretário de segurança daquele estado e o comandante da Polícia Militar, reconhecendo os efeitos positivos da proposta realizada em Belo Horizonte, solicitaram ao AfroReggae e ao CESeC sua implantação nos batalhões do Rio. Um diálogo inicial foi estabelecido em 2006, para verificar a viabilidade e o formato que melhor se adequaria à realidade local. Depois do encontro no QG do Rio, a banda AfroReggae apresentou-se com a banda “190” da Polícia Militar em eventos públicos, inclusive em programas de televisão.¹² O documentário tem sido exibido em vários locais do país, entre eles em uma sessão convocada pelo comandante geral da Polícia Militar de Santa Catarina, para 500 cadetes e oficiais daquele estado.

Elementos construtivos do projeto

Entre os aspectos significativos da experiência, se comparada às formas tradicionais de trabalho de sensibilização das polícias (cursos e palestras sobre direitos humanos), vale a pena enfatizar os seguintes elementos-chave:

1. A experiência mobiliza não apenas a razão. Mobiliza as emoções e utiliza linguagem corporal por meio de oficinas de música, teatro, grafite e outras. É preciso considerar que a posição tradicionalmente defensiva da cultura corporativa policial dificulta a maioria das tentativas de ensino de direitos humanos para policiais a partir de argumentação crítica e, muitas vezes, acusativa.

2. A essência da intervenção não é apenas “mudar o policial”, ensinando-lhe, intelectualmente, algo que ele resiste a incorporar, mas propor experiências novas e inusitadas tanto para policiais como para os jovens que pela primeira vez experimentam a proximidade com policiais, seja num batalhão de polícia, seja numa favela ou numa escola. Nesse sentido, a experiência possui um forte contraste com modelos internacionais, alguns dos quais vêm sendo aplicados no Brasil, como Jovens Contra o Crime (Youth Crime Watch, Miami, EUA) e PROERD (Drug Abuse Resistance Education, Los Angeles, EUA), ou ainda como o Cops & Kids (Canadá) e o PAL (Police Athletic Leagues, Nova York, EUA), nos quais o principal objetivo da iniciativa é mudar o jovem para afastá-lo do crime. O projeto Juventude e Polícia parte da noção de que o problema é relacional, não apenas do jovem, nem apenas da polícia.

3. A experiência se dá na primeira pessoa, sem intermediários: são os próprios jovens de favelas em contato direto com policiais, para ensinar (na primeira fase, em 2004) e para aprender (a partir de 2005 e 2006) percussão, dança, grafite etc., elementos que fazem parte da cultura jovem da favela. Os policiais têm contato com jovens que se vestem, falam e principalmente têm a “atitude” do jovem da favela. Os jovens das favelas, por outro lado, vivem uma nova experiência que mobiliza e questiona seus estereótipos em relação à Polícia. O essencial está na troca, e ela se realiza diretamente entre policiais e jovens (sem professores de direitos humanos ou comandantes) e no âmbito da estética, do corpo e da experiência de criação de uma nova “imagem e atitude” da Polícia.

4. Os policiais e os jovens, que foram construídos como grupos antagônicos, descobrem rapidamente que partilham mais identidades do que supunham. Não só a origem frequentemente comum vem à tona, com o estabelecimento de proximidades culturais (a favela, as raízes negras, o orgulho, a batida do reggae), mas a vivência da discriminação como grupos estigmatizados na sociedade (como “jovens favelados”, por um lado, e como “polícia”, por outro). Os dois grupos, tendo estabelecido laços, se surpreendem mutuamente e se percebem protagonistas de um novo momento diante do olhar da sociedade.

5. Som e imagem são centrais. O objetivo do projeto é questionar a imagem que a sociedade e a juventude têm da Polícia e a imagem que a Polícia e a sociedade têm dos jovens negros das favelas. O processo é facilitado pela força imagética dos dois grupos: a polícia “é imagem”: a farda, a arma, a estética militar, a viatura caracterizada. Por sua vez, o AfroReggae “é a imagem do jovem da favela”, da sua estética, da sua linguagem, das suas percepções e angústias. Um dos efeitos mais impactantes do projeto é assistir a policiais e jovens se vendo sendo vistos em “novas cenas” inusitadas, tocando juntos, em oficinas de encerramento ao final de cada etapa do projeto.¹³

6. Igualmente essencial é a cobertura da mídia. As reportagens em jornais, rádios e televisões suscitam, invariavelmente, debates, risos e emoções. Tudo isso ajuda a criar uma nova divisão “nós”/“eles”: nós, os participantes do projeto Juventude e Polícia, e eles, a sociedade e a mídia, vendo um policial em uma cena fora do comum. Isso rapidamente substituiu o primeiro nós/eles (nós, os policiais; eles, os jovens das favelas).

7. As rodas de conversa ou jogos da verdade também são essenciais. Após os primeiros contatos mediados pelos instrumentos de percussão, a lata de spray, a bola ou a música, policiais e jovens sentam-se em uma roda no chão para uma primeira conversa franca sobre “tudo aquilo que você sempre quis saber sobre a Polícia”. Em geral são conversas bastante tensas sobre as experiências dos jovens com a Polícia e as experiências dos policiais em rondas dentro das favelas. As perguntas e queixas invariavelmente começam com o tema da abordagem policial. A “dura” é uma experiência reiterada e freqüentemente percebida como humilhante por jovens de diversas idades. De novo, as relações diretas e sem mediações parecem ser uma fórmula que permite o surgimento de uma lógica terapêutica do tipo “verdade e reconciliação”. O reconhecimento da existência de viés racial, de classe e de geografia nas práticas policiais é o primeiro passo para a desobstrução da comunicação. Depois que a “verdade” é reconhecida, invariavelmente a possibilidade da “reconciliação” é aberta.

Entre os problemas e limitações do projeto estão sua difícil replicabilidade por outros grupos culturais em outros estados. A carga emocional e simbólica incorporada pelo AfroReggae (nascido no contexto de uma chacina policial) é responsável por parte importante do impacto produzido nas primeiras aproximações com a Polícia. A capacidade de mobilizar permanentemente a mídia e criar a lógica especular essencial ao projeto também é de difícil reprodução em outros estados, por grupos culturais locais. Comentário similar pode ser feito sobre a Polícia Militar de Minas Gerais e

as políticas de segurança daquele estado, por estarem à frente da maioria das polícias brasileiras em termos de adoção de mecanismos de modernização e de estabelecimento de parcerias sociais.

Um outro problema difícil de ser contornado são as escalas policiais. Para que um policial participe de uma oficina dentro de um batalhão, durante uma semana, ele praticamente tem que ficar fora de sua escala de serviço. Quando esse policial é capacitado e passa a ser instrutor de oficinas para jovens em favelas e escolas, ele também passa a ficar fora da escala normal por períodos longos. A solução de retirar definitivamente esse policial de sua atividade de rua, criando uma espécie de policial “especializado” em jovens,¹⁴ não parece ser a melhor, considerando a importância do papel desse policial junto a seus colegas como multiplicador das idéias do projeto, dentro dos batalhões e nas rondas. Além disso, o projeto requer firme e determinado apoio dos comandos superiores. Seu começo é sempre difícil e a implantação de métodos pouco ortodoxos de aproximação entre polícia e sociedade – com o ingresso de jovens de comunidades pobres nos batalhões ou o ingresso de policiais como instrutores de percussão, dança, basquete e grafite nas favelas e nas escolas – suscita sempre resistências iniciais. A experiência vem indicando que as resistências são rapidamente superadas, pelos que participam diretamente das ações, com a ajuda mágica da música e da arte, num processo que tenho chamado de “pedagogia do tambor”.

Um último problema criado, na medida do sucesso do projeto e especialmente de sua visibilidade nos meios de comunicação de massa, é a resistência de importantes setores policiais. Isto é particularmente mais acentuado entre policiais que não participam diretamente do projeto, e sabem de sua existência através da televisão, rádio ou jornal. Como veremos a seguir, se as ações do projeto e o impacto que ele provoca têm a aprovação da ampla maioria dos jovens nos locais onde ele foi testado e de parte significativa dos policiais, as avaliações iniciais indicam que um contingente não desprezível de oficiais e de praças considera que “não é papel da Polícia aparecer tocando tambor na televisão”. Em outras palavras, trata-se de um projeto ousado, que objetiva precisamente transformar imagens tradicionais de Polícia. Na medida em que os objetivos se realizam, uma parte da oposição a essas mudanças também tende a se tornar mais explícita.



**Primeiras
avaliações
quantitativas**

Desde 2004, as ações do projeto Juventude e Polícia em Minas Gerais vêm sendo amplamente documentadas em fotografia (1500 fotos encontram-se arquivadas);¹⁵ em filme (80 horas de gravações do piloto de 2004 e um filme de 50 minutos, o documentário Polícia Mineira)¹⁶ e em aproximadamente 30 horas de entrevistas e grupos focais com jovens do AfroReggae, com policiais de dois batalhões da capital e com jovens de favelas de Belo Horizonte.

Em 2005 e 2006, foram aplicados dois instrumentos quantitativos distintos e realizados grupos focais, da seguinte forma: a) em 2005, quatro grupos focais com policiais que participaram diretamente do projeto e com policiais que não participaram do projeto foram realizados em dois batalhões de Minas; b) um *survey* foi respondido por policiais de ambos os BPMs; c) em 2006, um *survey* foi respondido por adolescentes de duas escolas da periferia de Belo Horizonte onde o projeto Juventude e Polícia se desenvolveu. O processo de monitoramento e avaliação da experiência continua em curso e sua parte mais significativa é o desenvolvimento de seus efeitos a longo prazo, o que continua sendo realizado. O que se apresenta a seguir são resultados preliminares sobre o impacto do projeto junto aos dois públicos que ele envolve, policiais e jovens.

a) Impacto das ações dentro da Polícia

Além dos grupos focais e entrevistas, foi usado um instrumento de avaliação quantitativa para mensurar o grau de conhecimento dos policiais de dois Batalhões sobre o projeto, identificar a percepção sobre os estereótipos em relação aos jovens de favelas e sobre a própria polícia e avaliar o grau de apoio ao projeto Juventude e Polícia. O *survey* foi aplicado em agosto de 2005, isto é, antes do início da nova etapa do projeto (quando policiais foram treinados para trabalhar com jovens em favelas e em escolas). Portanto, seu resultado mede o impacto apenas da etapa-piloto, desenvolvida em 2004, quando jovens do AfroReggae realizaram oficinas dentro dos batalhões e quando um grupo de policiais se apresentou em um programa muito popular de televisão em rede nacional junto com a banda AfroReggae. Os questionários foram respondidos por 192 policiais (99 de um batalhão e 93 de outro).¹⁷ Entre os respondentes estavam tanto policiais que tinham tido participação direta no projeto (13,5% tinham participado das oficinas) e policiais que não tinham nenhum contato com o projeto, mas que tinham ouvido falar de sua existência (76,1%). Apenas 10,4% não sabiam da existência do projeto. Em relação aos meios de comunicação, 51,6% dos policiais tinham visto referências ao projeto pela televisão; 16,1% pelo rádio e 30,2% pelos jornais. A principal fonte de referência ao projeto foram os comentários de outros policiais (67,7%), indicando que mesmo o policial que não participou de oficinas, em algum momento conversou com colegas sobre as atividades ocorridas dentro do batalhão.¹⁸ Apenas 28,6% dos policiais afirmavam ter recebido informações oficiais sobre o projeto em instruções, cursos ou por meio de comunicação de superiores hierárquicos. Esse resultado indicou a necessidade de intensificar essas comunicações.

Quando perguntados se a PM deve desenvolver iniciativas para aproximar a polícia da sociedade, o resultado foi surpreendentemente alto: 89,6% disseram que sim. Esse resultado provavelmente

se deve ao fato de que a PMMG há muitos anos desenvolve parcerias com centros de pesquisa e outras organizações da sociedade civil (incluindo os conselhos de segurança), o que resultou em um discurso muito freqüente nos depoimentos de policiais de todas as patentes: “a polícia está mudando, é preciso aproximá-la da sociedade”. O mesmo pode ser dito em relação ao fato de que 86,5% dos policiais acham que “os jovens moradores dos aglomerados têm imagens preconceituosas sobre a polícia”. Em proporção menor, mas ainda muito expressiva, 65,6% (esse percentual chegou a 74,2% em um dos batalhões) acham que “os policiais têm imagens preconceituosas sobre os jovens dos aglomerados”. Outra surpresa é que 78,1% (80,8% em um dos batalhões) dos policiais acreditam que “oficinas culturais de música, esporte e arte favorecem a integração polícia e comunidade” (**gráfico 1**). Os objetivos do projeto são claros para a maioria dos policiais. Em resposta a uma pergunta aberta, 72,3% afirmaram que os objetivos são aproximar polícia e comunidade, mudar a imagem da polícia ou mudar a visão dos cidadãos sobre a polícia. Apenas 6,3% responderam que os objetivos são afastar os jovens do crime ou obter informações sobre criminosos e 21,4% não responderam à questão ou afirmaram não saber.

Quando perguntados se o projeto Juventude e Polícia ajuda na integração polícia-comunidade, 71,7% em um dos batalhões e 58,1% em outro batalhão responderam que sim, conforme mostra o **gráfico 2**. É interessante notar que a proporção de policiais indecisos, que responderam “não saber” se o projeto ajuda ou não na integração, é bastante alta (17,2% em um batalhão e 16,2% em outro), indicando ser ainda cedo para opiniões definitivas. Obviamente, entre os policiais que participaram diretamente das atividades do Juventude e Polícia, o percentual de sua aprovação como instrumento de integração com a comunidade é bastante alto (80%). Tentando identificar os principais problemas do projeto, descobrimos que 5,2% acham que ele ridiculariza a polícia; 4,2% consideram que o projeto provoca problemas na escala de serviço e 3,1% afirmaram que não é papel da polícia fazer trabalho assistencial em favelas. Esses argumentos também surgiram nos grupos focais e entrevistas e parecem resumir as principais linhas argumentativas dos policiais que são “contra” o projeto ou que têm “dúvidas” sobre ele.

Gráfico 1

**OFICINAS CULTURAIS DE MÚSICA, ESPORTE E ARTE
FAVORECEM A INTEGRAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE?**

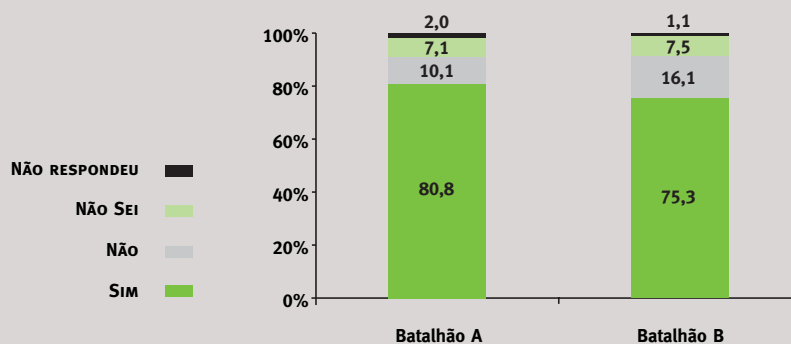
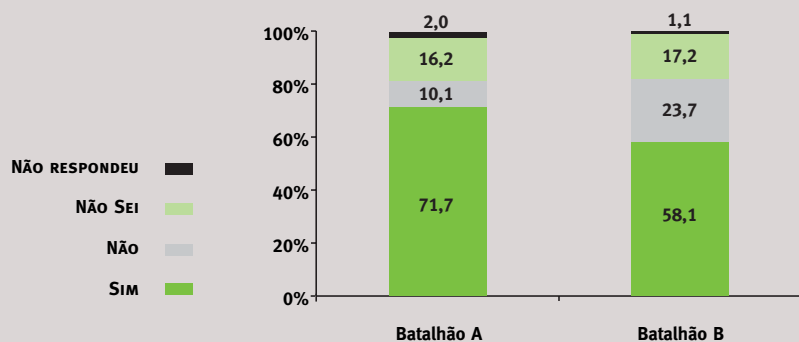


Gráfico 2

NA SUA OPINIÃO, O PROJETO JUVENTUDE E POLÍCIA
AJUDOU A INTEGRAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE?



b) Impacto das ações junto aos jovens

A partir de 2005, 20 policiais capacitados como instrutores de percussão, teatro, grafite, dança de rua e basquete passaram a trabalhar com jovens de favelas em núcleos do projeto Fica Vivo e em uma escola municipal de Belo Horizonte situada na confluência entre duas favelas, a Escola Municipal Oswaldo Cruz (EMOC).¹⁹ Em 2006, o projeto tem se desenvolvido na EMOC e em mais uma escola diferente a cada mês. As ações se realizam no esquema de oficinas diárias, durante uma semana, com uma oficina de encerramento aberta ao público onde são apresentados os resultados de cada oficina. Nesses eventos de encerramento são convidados os demais alunos e alunas da escola, parentes e policiais que fazem a ronda na área, além dos meios de comunicação.

Em duas escolas foram realizados *surveys* de avaliação com os jovens participantes, ao final da semana de atividades. Responderam ao questionário 245 jovens (123 de uma das escolas e 122 de outra). Em uma das escolas (que possui 2º grau) a faixa etária de 14 a 17 anos concentrava 73,9% dos jovens. Na outra escola, 53,3% dos jovens tinham 12 a 13 anos e apenas 26,2% tinham de 14 a 15, por ser a escola de 1º grau apenas. A participação de garotos foi de 55% e a de garotas de 45%, sem diferenças importantes por escola. A oficina mais concorrida foi a de percussão, com 35% de participantes (86 jovens, entre os 245 que responderam ao questionário), seguida da oficina de grafite (22%), de basquete (17%), de dança de rua (15,%) e de teatro (11%).²⁰

Respondendo à pergunta “você mudou sua imagem sobre a polícia depois do projeto?”, 80,8% responderam que sim, sendo que esse percentual em uma das escolas chegou a 85,5% (gráfico 3). Ao responder o que mudou na imagem sobre a polícia, muitos jovens usaram palavras para definir “antes” e “depois”. Em respostas abertas, a palavra “folgados” foi usada 17 vezes para descrever impressões sobre a polícia. As expressões “odiados” e “violentos” apareceram 6 vezes cada.

“Ignorantes”, “mal educados”, “tiranos”, “covardes” e “arrogantes” apareceram também de forma expressiva, numa variação surpreendente de adjetivos fortes e sinceros para descrever opiniões anteriores sobre os “novos amigos” (Tabela 1). A reiteração da expressão “folgados” indica, segundo entrevista com a diretora da uma das escolas, a idéia de um abuso que não é físico, mas moral, e tem relação com humilhação e com desprezo. As palavras mais usadas para descrever a nova visão sobre a polícia foram “respeito” e “legais”. Quando perguntados sobre o que mudou na opinião sobre a polícia, 64,8% mencionaram a descoberta “de um lado bom” nos policiais. Apenas 7,6% mencionaram a presença dos policiais na escola para reduzir a violência.

Gráfico 3

ALUNO(A)S POR ESCOLA E MUDANÇA DE OPINIÃO EM RELAÇÃO A POLÍCIA DEPOIS DE TER PARTICIPADO DO PROJETO

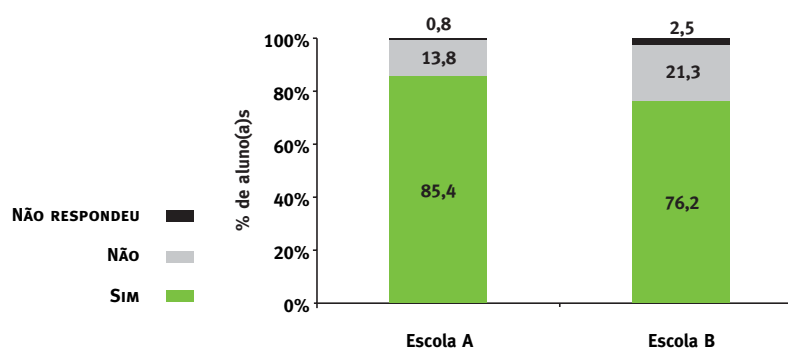


Tabela 1

PALAVRAS MAIS USADAS PELOS JOVENS SOBRE A POLÍCIA

OPINIÕES SOBRE A POLÍCIA - ANTES	TOTAL	OPINIÕES SOBRE A POLÍCIA - DEPOIS	TOTAL
FOLGADOS	17	LEGAIS	11
ODIADOS	6	RESPEITO	10
VIOLENTOS	6	AMIGOS	5
CHATOS	5	SERES HUMANOS	4
MAL EDUCADOS/IGNORANTES	5	GENTE BOA	3
BÁRBAROS, CARRASCOS, TIRANOS	4	EDUCADOS	3
PROVOCAM MEDO	3	PESSOAS NORMAIS	2
COVARDES	2	ENGRAÇADOS	2
ARROGANTES	2	SANGUE BOM	2
DESRESPEITOSOS	2	COMEÇO A GOSTAR	2

Conclusões preliminares e perspectivas

As avaliações preliminares indicam que o projeto produz um forte impacto positivo na mudança de imagem sobre a polícia, tanto entre jovens de favelas que entram em contato direto com policiais como na população em geral, quando policiais aparecem nos meios de comunicação em atividades culturais. Contudo, o impacto produzido dentro da própria polícia é mais moderado. Ainda que a maioria dos policiais entrevistados apoie entusiasticamente o projeto, uma parcela importante demonstra desconfiança e preocupação exatamente com que o projeto pode gerar em relação à imagem da polícia.

A segunda fase do projeto Juventude e Polícia – iniciada em agosto de 2005 – ainda não teve seus efeitos testados. A nova estratégia de desenvolvimento das ações (policiais indo trabalhar como instrutores junto a jovens de favelas) foi resultado do entendimento dos comandos da PM e da Secretaria de Defesa Social de que o projeto tinha adquirido muita visibilidade, mas pouca legitimidade dentro da corporação. O CPC (Comando de Policiamento de Capital) também insiste em que o projeto se adeque ao espírito de todas as ações da PM: planejamento e mensuração dos resultados. Ou seja, acredita que o projeto tem que ser desenvolvido buscando resultados a longo prazo, e não apenas impactos imediatos. A segunda rodada de *surveys* ocorrerá no segundo semestre de 2006. Além de repetir as questões sondadas em 2005, pretende-se aferir o grau de conhecimento dos policiais de outros batalhões sobre a existência do projeto.

Se os instrumentos testados nesse projeto (diálogo direto entre jovens e policiais e uso de cultura e arte como mediadores desses encontros) demonstraram enorme potencial para mudar as imagens de jovens sobre a polícia, é preciso aguardar e acompanhar os resultados internos à polícia no que diz respeito à capacidade desses instrumentos de produzirem mudanças nas imagens que policiais têm dos jovens de periferia.

No plano nacional, ainda que o impacto tenha sido positivo junto a oficiais de vários estados, obviamente ainda há enormes obstáculos a serem superados. O primeiro é persuadir autoridades e comandantes de Polícia a reconhecer que as barreiras entre jovens e policiais é algo que afeta o conjunto da sociedade. A segunda é convencê-los de que iniciativas nas quais os jovens, na primeira pessoa, têm encontros diretos com policiais são poderosos instrumentos de criação de uma Polícia mais moderna e democrática.

Em maio de 2006, o CEsEC iniciou um projeto de pesquisa intitulado Índice Juventude e Polícia. Concebido no âmbito da Altus Aliança Global (www.altus.org), o projeto foi inicialmente desenhado para ser desenvolvido em quatro cidades (Lagos, Santiago do Chile, Nova York e Rio). Com o apoio da agência holandesa CORDAID, o CEsEC iniciou as pesquisas no Brasil antes dos demais centros. Uma parte da pesquisa será apoiada pela FINEP, em iniciativa que será desenvolvida em parceria com Laboratório de Análise de Violência da UERJ. O objetivo da investigação é identificar e criar padrões para a produção de indicadores capazes de monitorar e avaliar as relações entre jovens e polícias em diferentes cidades e períodos. Trata-se de um esforço para criar um campo de interesses que possa reunir pesquisadores da área da segurança pública, policiais, estudiosos da temática da

juventude e muito especialmente grupos de jovens. O projeto prevê a utilização de instrumentos quantitativos, como o *survey* populacional e o *survey de experts* e dados administrativos, como os indicadores produzidos pelas próprias polícias.

Nos vinte anos desde que o processo de transição da ditadura militar teve início no Brasil (1985), o setor que fez menos progressos em relação à modernização e à democratização foi o de justiça criminal, e em particular as instituições policiais.²¹ A Constituição democrática de 1988, que mudou aspectos importantes das políticas sociais, deixou as instituições policiais inalteradas. Apenas na segunda metade da década de 1990 começaram a ser registrados os primeiros esforços sistemáticos de elaboração de políticas públicas de segurança baseadas numa perspectiva contemporânea, identificada com a combinação entre eficiência e respeito aos direitos civis. Até então o tema era relegado, pela maioria dos governos, às esferas corporativas das próprias polícias. O silêncio em relação à escalada de violência letal entre jovens pobres predominou também entre amplos setores intelectuais, na mídia e mesmo entre as organizações não-governamentais durante os anos 1980 e em parte da década de 1990. No contexto acadêmico e universitário, salvo raras exceções, são relativamente recentes os centros de pesquisa voltados para os temas da violência na perspectiva da segurança pública. Movimentos sociais que ajudaram a mudar a face do Brasil nesse amplo período da democratização, como, por exemplo, o movimento de mulheres, o movimento negro e o movimento homossexual, tiveram e ainda têm tido participação reduzida na capacidade de influenciar políticas de segurança pública, especialmente quando comparamos sua capacidade de interferir nas agendas da saúde – como é o caso da Aids, da saúde da mulher, da reforma psiquiátrica e outras –, onde foram forças decisivas.²²

Nesse sentido, é emblemático que a primeira experiência de impacto nacional, nos últimos anos, baseada na idéia de influenciar as polícias e trabalhar diretamente com elas, tenha partido de uma organização de jovens de favelas, um grupo que em vários aspectos expressa a grande novidade surgida no âmbito dos movimentos sociais na década passada, os “novos mediadores”. Também chama a atenção o fato de que esse processo esteja sendo realizado em parceria com um centro universitário de pesquisa, o CEsEC, e tenha sido adotado como política pública no âmbito de um governo de estado. Esses são, possivelmente, os aspectos mais positivos e inovadores trazidos pela experiência Juventude e Polícia, e podem ser indicações importantes de que o cenário de distanciamento e indiferença em relação às polícias e as políticas de segurança vai se alterar nos próximos anos. ■

**Depoimentos
de jovens e
lideranças do
AFROREGGAE**

*“Quando eu me vi ali, dentro do covil do lobo,
com aqueles que eram meus opressores,
e eu professor deles, no maior respeito... cara, foi demais.”*

LG, VOCALISTA DA BANDA AFROREGGAE



*“Eu achava a polícia uma droga, muito violenta
e se eu pudesse eu matava todos que chegam invadindo
a casa dos moradores, batendo em quem estiver na frente.*

*Agora eu comecei a pensar que nem todos são assim
e que a profissão de polícia não é tão fácil”*

ALUNA DA ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO CRUZ,

BELO HORIZONTE, MORADORA DE FAVELA, 2006.

“O difícil é vencer o sentimento ruim contra a polícia.

*Mas se você acredita na mudança, se você acredita que você mudou,
então você entende que o policial pode mudar também.”*

SAMUKA, MÚSICO E AGENTE SOCIAL

*“Há uns dias atrás eu dizia: não gosto da polícia, tenho raiva, não confio
neles. Agora aprendi que esses que estão colocando terror nas ruas, fazendo
que a população tenha medo e desacredite na corporação policial,
não são policiais, e sim animais. Agora conheço bons policiais.”*

ALUNA DA ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO CRUZ,

BELO HORIZONTE, MORADORA DE FAVELA, 2006.

*“O sofrimento que tivemos com a polícia, essas recordações ruins,
tudo isso foi uma grande barreira, não só profissional, mas pessoal.*

Confesso que primeiro tive quebrar os meus próprios tabus.

Depois, quando vi a parada que salvou as nossas vidas

(os instrumentos de percussão) de uma forma tão alegre,

nas mãos daqueles policiais, eles tocando com a maior alegria,

empolgados, rindo, dançando... eu me emocionei.”

LG, VOCALISTA DA BANDA AFRO REGGAE E

INSTRUTOR DE OFICINAS DO PROJETO JUVENTUDE E POLÍCIA



“A gente cansou de denunciar, de só bater na polícia.

Então resolvemos fazer alguma coisa diferente.

Depois de três anos, acho que o resumo desse projeto é:

“tem luz no fim do túnel.”

JOSÉ JUNIOR, COORDENADOR DO GRUPO CULTURAL AFROREGGAE EM ENTREVISTA NO

PROGRAMA PAINEL, GLOBO NEWS, FEVEREIRO DE 2006.

Depoimentos de polícias

*“Eu era um monstro. Dava batida na favela,
humilhava as pessoas, achava que era legal ser violento.
Esse projeto mudou a minha vida.
Agora a polícia está mudando,
os mais novos já aprendem direitos humanos no curso de polícia.”*

CABO DA PMMG (TÁTICO MÓVEL),

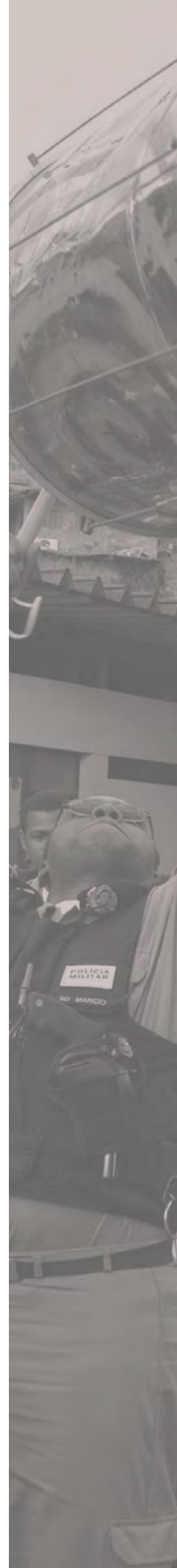
EM UMA “RODA DE CONVERSA”, COM JOVENS DA FAVELA DO TAQUARIL, 2005.

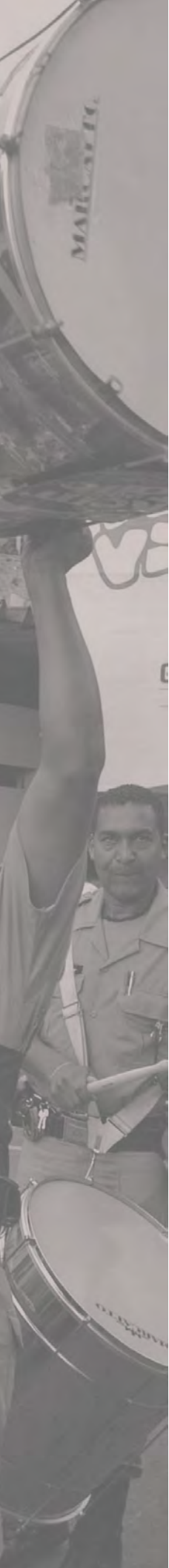
*“A gente tem que ter humildade para entender que quando o Rappa,
os Racionais e o AfroReggae batem na gente, cantando, por exemplo,
“todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, eles não estão errados...
Mas quando você começa a falar a língua deles, com respeito, isso muda.”*

CAPITÃO 22º. BPM – PMMG

*“Esse é um trabalho de humanizar o policial, trazer a sociedade mais perto,
colocar um professor para nós que é um jovem da favela.
E eles estão vendo um outro lado do policial:
a gente gritando, cantando, dançando...
deve ser bem diferente para eles também”*

SARGENTO DO 34º BPM – BELO HORIZONTE, PMMG.





Notas

1. 28,5 homicídios por cem mil habitantes, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM – DATASUS) em 2003.
2. Soares, Gláucio Ary Dillon & Borges, Doriam. *A cor da morte*. Revista Ciência Hoje, outubro de 2004.
3. Uma pesquisa nacional conduzida pelo Ministério do Interior do Chile em 2003 revelou que apenas 33,9% dos jovens entre 16 e 25 anos achavam que a polícia respeita os direitos pessoais, em contraste com a opinião média da população, na qual 50% consideram a polícia “boa” ou “muito boa”. Em Lagos, na Nigéria, a taxa de detenção de jovens pela polícia é significativamente alta e uma pesquisa de vitimização realizada em 2004 revelou que os jovens são também quase duas vezes mais vítimas de roubo e lesão corporal que a média da população. Cf. dados do projeto “Repairing Youth and Police Relations”, apresentado pela Altus Aliança Global (www.altus.org).
4. Ignacio Cano. *O uso da força letal pela polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.
5. Novaes Regina e Mello, Cecília. *Jovens do Rio*. Rio de Janeiro: Iser, 2002.
6. Minayo, Maria Cecília de Souza et. al. *Fala galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
7. Ramos, Sílvia e Musumeci, Leonarda. *Elementos suspeito: abordagem policial e estereótipos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
8. Sobre as características dos jovens do AfroReggae como “novos mediadores”, ver Ramos, Sílvia. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural AfroReggae and the experience of the project “Youth and the Police”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11 (2), 2006.
9. Deve ser mencionado o papel decisivo de Elizabeth Leeds no apoio não só a este projeto, mas a diversas pesquisas inovadoras no Brasil no campo da segurança pública. À frente do programa de Governança e Sociedade Civil da Fundação Ford do Brasil entre 1997 e 2003, Leeds identificou a importância do tema para a democracia brasileira e estimulou o desenvolvimento de uma nova perspectiva sobre a relação polícia e sociedade.
10. Luis Flávio Sapori, subsecretário de Defesa Social de Minas Gerais, vem coordenando desde 2003 a implantação de um conjunto de programas inovadores em segurança pública, cujos resultados tornaram-se evidentes a partir de 2006, com a queda consistente dos homicídios e de outros crimes violentos em Belo Horizonte. Entre os programas mais importantes, mencione-se o Fica Vivo (programa de ação cultural e social focalizando jovens de favelas), o GPAR (Grupamento Especializado em Áreas de Risco, de policiamento comunitário em favelas), o IGESP (Integração e Gestão em Segurança Pública, inspirado no CompStat, de Nova York, de monitoramento da redução da criminalidade por áreas, que reúne as polícias Civil e Militar e demais órgãos do sistema de Justiça criminal).
11. Um detalhamento sobre os números envolvidos e os valores gastos nessa etapa de 2004 encontram-se no relatório do projeto, de novembro de 2004. (disponível em <http://www.ucamcesec.com.br>)
12. É importante reconhecer a força simbólica dessas aparições públicas, pois havia forte ceticismo (principalmente dentro da polícia do Rio) em relação à “coragem” dos jovens do AfroReggae de aparecerem publicamente tocando com policiais pertencentes à mesma força que vitimou no passado – e frequentemente ainda vítima – populações de favelas.
13. As oficinas de encerramento são parte constitutiva da metodologia usada pelo AfroReggae: ao final de uma semana de trabalho conjunto, “instrutores” e “alunos” se apresentam juntos para outras pessoas que não participaram das oficinas. Se ocorrem dentro dos batalhões, as apresentações são para outros policiais, comandantes e familiares. Se ocorrem nas favelas ou escolas, são para outros estudantes, professores, familiares e policiais que patrulham a área. A mídia é sempre convidada e frequentemente está presente.
14. Como ocorre, por exemplo, com policiais que trabalham em programas com crianças do tipo PROERD (Programa de Prevenção do Uso de Drogas e de Violências), muito comum em polícias militares do Brasil. Nesses casos, os policiais são retirados da escala normal de polícia e passam a trabalhar exclusivamente nas salas de aula. Invariavelmente esse policial passa a ser visto pelos colegas como “menos policial” e mais assistente social.
15. Parte desse arquivo encontra-se disponível nos sites do CESeC (<http://www.ucamcesec.com.br>) e do AfroReggae (<http://www.afroreggae.org.br>).
16. Realizado pela produtora Pindorama Filmes.
17. A amostra foi composta por 12% do contingente de cada batalhão, por grupo de patentes, a saber: major/capitão/tenente; subtenente/sargento; cabo/soldado. Não foi usada técnica probabilística, mas a distribuição dos questionários se deu de forma homogênea entre as companhias e setores do batalhão.
18. Importante esclarecer que os batalhões de polícia de Belo Horizonte são formados por companhias, que se organizam em espaços físicos separados, sendo freqüente que um policial apenas raramente se dirija à sede do batalhão.
19. A EMOC, com 1535 alunos do 1º e do 2º graus, fica situada na divisa das favelas Morro das Pedras e Ventosa. Mais de 90% de seus alunos são procedentes dessas comunidades. A escola é um símbolo da capacidade de superação de problemas no contexto de ações integradas e planejadas, com a participação dos alunos e da comunidade: em 2003, a escola experimentou sua crise mais profunda, com o arrombamento e pichação da sala dos professores. A diretora Luciana Maria Oliveira tem feito palestras sobre o processo de recuperação das relações de confiança e identifica o projeto Juventude e Polícia como um entre os vários elementos desse processo. Um grupo de 30 jovens da EMOC tem se apresentado em eventos públicos com a banda Juventude e Polícia da Polícia Militar.
20. Uma das características da participação nas oficinas, identificadas em entrevistas com diretoras das escolas, é a baixa taxa de evasão. Na escola EMOC, a oficina de percussão tornou-se tão popular que os policiais instrutores

criaram duas turmas a cada semana de intervenção, totalizando 70 alunos a cada semana. É interessante verificar a atração que exercem as oficinas de grafite quando são anunciadas. Considerando que o combate aos “pichadores” é uma constante nas escolas, levanta curiosidade o fato de que latas de spray serão oferecidas, que professores de grafite estarão na escola durante a semana e que policiais vão ensinar a grafitar.

21. Para uma discussão aprofundada sobre o tema, ver Leeds, Elizabeth. Rio de Janeiro. In Koonings K & Dirk K (org.). *Fractured Cities: Social Exclusion, Urban Violence and Contested Spaces in Latin America*. Verso, London, no prelo.

22. Uma exceção à ausência de agendas no campo da segurança pública pelos movimentos sociais foi a luta do movimento de mulheres pelas Delegacias da Mulher no final dos anos 70 e durante os anos 80. Para uma discussão sobre o contraste entre o papel dos movimentos sociais no campo da saúde e da segurança, ver Ramos, Sílvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva* 9 (4), 2004.

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 - Centro - RJ - CEP: 20011-901 - Telefax: (21)2531-2033
email: cesec@candidomendes.edu.br - www.ucamcesec.com.br

APOIO INSTITUCIONAL



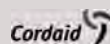
FUNDAÇÃO FORD

APOIO À PUBLICAÇÃO



CONSULADO BRITÂNICO
RIO DE JANEIRO

**APOIO
AO PROJETO ÍNDICE
JUVENTUDE E POLÍCIA**



PROJETO GRÁFICO
Anna Amendola
www.nitadesign.com.br